

EXTERNATO MARIA DROSTE

PROJETO EDUCATIVO

EU NO MUNDO DE TODOS

2017 - 2020

QUINTA DO CRUZEIRO, RUA DE ERMESINDE
4445-419 ERMESINDE

Índice

Nota introdutória	1
Enquadramento do projeto	2
caracterização da instituição	6
Denominação, âmbito, dependência orgânica e breve historial	6
Características das instalações e funcionamento	10
Recursos Físicos/Finalidade	10
Recursos Humanos	12
Projeto curricular de escola	13
Fundamentação teórica e plano de ação	14
Profissionalidade 2017/2018	16
Plano de Ação	20
Multiculturalidade 2018/2019	21
Plano de Ação	26
Sustentabilidade 2019/2020	27
Plano de Ação	32
Objetivos e avaliação do projeto	33
Formas de divulgação do projeto	35
Bibliografia	36

NOTA INTRODUTÓRIA

O pluralismo da nossa sociedade e a diversidade existente entre os múltiplos conceitos de pessoa, da vida e do mundo, provocam uma grande diversidade de propostas educativas.

Todos os conceitos de liberdade expressos na Constituição da República Portuguesa servem de orientação para encontrar uma proposta educativa coerente e com continuidade.

De acordo com estes princípios, o Externato Maria Droste, como parte integrante da Congregação do Bom Pastor, rege-se segundo o seu carisma, querendo colaborar na resolução de problemas com os quais se debate a nossa sociedade.

O serviço educativo prestado pelo externato como base modernas metodologias pedagógicas desenvolvidas por um corpo docente e não docente qualificado, competente e muito motivado, que desenvolve práticas pedagógicas assentes na qualidade.

“Um projeto educativo é um documento de orientação estratégica relacionado com o tipo de ações que se deverão assumir no seio dos estabelecimentos de ensino, de forma a conferir intencionalidade a essas ações e a concretizar os propósitos educativos que, nesse mesmo projeto, essas escolas identificaram como os vetores que deverão justificar e nortear a sua existência. Nesse sentido, um projeto educativo não é um plano de ação, mas um documento que irá permitir apoiar essa ação, estimulando a construção dos consensos e dos compromissos que o desenvolvimento de uma avaliação prospetiva, capaz de sustentar a formulação de estratégias a médio/longo prazo, possibilita e favorece.” (In Projeto Educativo, A. Carvalho e F. Diogo, 1994.)

ENQUADRAMENTO DO PROJETO

Sendo o Externato uma escola com autonomia pedagógica, é da sua responsabilidade a tomada de decisões estratégicas, pedagógicas, administrativas, financeiras e organizacionais, tendo por base um projeto educativo sólido, apoiado por um regulamento interno consistente e um plano anual de atividades em conformidade com os dois.

De acordo com o Decreto-lei nº115-A/98, de 4 de maio, no seu artigo 3º do capítulo I “*O projecto educativo, o regulamento interno e o plano anual de actividades constituem instrumentos do processo de autonomia das escolas, sendo entendidos como:*

a) Projecto Educativo – o documento que consagra a orientação educativa da escola, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa;

b) Regulamento Interno – o documento que define o regime de funcionamento da escola, de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação e dos serviços de apoio educativo, bem como os direitos e os deveres dos membros da comunidade escolar;

c) Plano Anual de Actividades – o documento de planeamento, elaborado e aprovado pelos órgãos de administração e gestão da escola, que define, em função do projecto educativo, os objectivos, as formas de organização e de programação das actividades, e que procede à identificação dos recursos envolvidos.”

Posto isto, o trabalho pedagógico desenvolvido no Externato assenta em boas práticas educativas que promovem o desenvolvimento da aquisição de valores, como a interajuda, a educação, a amizade, o amor ao próximo, igualdade, autonomia, felicidade, respeito e responsabilidade. Sustentamos a nossa prática no fundamento de que, quanto mais cedo estes valores forem apresentados às crianças, recorrendo a experiências de vida democrática, melhor será o seu desenvolvimento pessoal e social.

A Congregação Nossa Senhora da Caridade e do Bom Pastor, na sua expansão, tem contribuído para a difusão da Escola Católica, com a sua identidade específica e com as suas instituições pedagógicas.

Os seus princípios, orientados pela supra mencionada Congregação, baseiam-se:

- Na criação de uma escola popular livre e aberta a todas as classes sociais (Paulo Freire);
- No conceito de escola como “família educadora”, para que as crianças a sintam como a sua própria casa;
- Na colocação do aluno no centro do processo educativo;
- Numa pedagogia do amor, acolhimento e alegria;
- No desenvolvimento das capacidades cognitivas, psicológicas e expressivas, contribuindo para a realização individual, em harmonia com os valores da sociedade e da liberdade social;
- Na observação e compreensão do meio natural, humano e social, com vista a uma melhor integração, participação e socialização da criança;
- Na valorização do respeito pela natureza e por todas as criaturas.

Desta forma, o Externato mantém-se fiel a todos os princípios da congregação, baseando-se no ideal de vida da Irmã Maria Droste “...*Senhor, deixei tudo, para vos amar até ao último momento da minha vida e para transmitir, tanto quanto me seja possível, a devoção ao vosso Santíssimo Coração...*”

Embora “*Eu no Mundo de Todos*” seja, efetivamente, a temática central do nosso projeto, destacamos, também, os quatro pilares da educação para o séc. XXI (relatório Delors 1996), pelos quais nos regemos:

- Aprender a Conhecer;
- Aprender a Fazer;
- Aprender a Viver Juntos;
- Aprender a Ser.

Estes pilares estão, deste modo, presentes em todos os anos letivos, no desenvolvimento do trabalho educativo e pedagógico, apresentando-se como transversais a toda a escola.

O presente projeto tem como missão a reflexão sobre as problemáticas do mundo atual, nomeadamente a preparação dos alunos para um futuro que se adivinha incerto, num mundo cada vez mais diversificado e com recursos cada vez menores.

A escolha da temática “*Eu No Mundo de Todos*” constitui um estímulo à formação individual e coletiva. É um incentivo à consciencialização, mas também a uma aprendizagem ampla e completa, onde a liberdade de expressão e a experimentação expõe os nossos alunos a novos desafios desde

muito cedo, preparando-os para um futuro ativo, assente na cidadania e respeito por tudo e todos.

Assim, é nossa proposta trabalhar a *Profissionalidade* (2017/2018), *Multiculturalidade* (2018/2019) e *Sustentabilidade* (2019/2020). A par destes três temas, exploraremos sempre “*A Alegria do Evangelho é a Nossa Missão*”, adágio integrado no projeto pastoral.

Pretendemos fomentar, nos nossos alunos, a liberdade de expressão, potenciando a concretização de emoções, de novas experiências e do contacto com o mundo que as rodeia.

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

DENOMINAÇÃO, ÂMBITO, DEPENDÊNCIA ORGÂNICA E BREVE HISTORIAL

O Externato Maria Droste situa-se em Ermesinde, cidade portuguesa do concelho de Valongo, pertencente ao Distrito do Porto, região Norte de Portugal.

Pertence à área metropolitana do Porto e encontra-se a 10 km a nordeste desta cidade. É a menor das cinco freguesias do concelho de Valongo com 7,42 km², mas a mais populosa com cerca de 38.798 habitantes (2011), fazendo com que a sua densidade populacional exceda os 5 000 hab/km².

É a cidade e a freguesia mais populosa do município de Valongo, sendo freguesia desde 1836 e foi elevada a vila em 1938. No primeiro quarto do século XX, era tida como promissora estância de repouso, tal o sossego e enquadramento rural que oferecia. Em 1990, Ermesinde foi elevada a cidade.

Ermesinde confronta a Norte com a freguesia de S. Pedro Fins (Maia), a Oeste com a freguesia de Águas Santas (Maia), a Este com a freguesia de Valongo, a Nordeste com a freguesia de Alfena e a sul com a freguesia de Baguim do Monte (Gondomar).

Atravessada pelo rio Leça, e abrangendo uma área de cerca sete quilómetros quadrados, esta cidade apresenta uma topografia pouco acidentada, com uma altitude média que ronda os noventa metros. O seu ponto mais elevado encontra-se no Lugar da Formiga (com cerca de 140 metros de altitude), ao passo que a cota mais baixa será atingida nos lugares da Cancela e da Travagem.

Nos últimos dez anos, Ermesinde tem experimentado um gradual crescimento populacional acompanhado da construção de novas e modernas infraestruturas que contribuem para a melhoria da qualidade de vida na cidade. O programa Polis permitiu, não só a requalificação do centro de Ermesinde, mas também a criação de uma nova estação ferroviária e de espaços culturais e de lazer, como o Fórum Cultural de Ermesinde, integrado no Parque Urbano Dr. Fernando Melo.

Ao nível das acessibilidades, Ermesinde, pela sua privilegiada localização, beneficia muito por estar perto dos principais eixos viários da região. A A4, que tem aqui as respetivas portagens, A3 e A41 que passam relativamente perto, são disso o melhor exemplo.

Destaca-se como muito relevante, ao nível dos acessos, a linha de caminho de ferro do Minho e do Douro, assim como o ramal de Leixões, tornando Ermesinde numa importante estação. O Aeroporto Francisco Sá Carneiro encontra-se relativamente perto, no vizinho concelho da Maia.

A cidade de Ermesinde pode ser considerada como uma cidade dormitório, pois cerca de 50% da sua população ativa desloca-se, diariamente, para trabalhar na cidade do Porto.

Ermesinde sofreu um crescente aumento populacional, justificado pela existência de uma boa rede de transportes públicos, dos quais se destacam o caminho-de-ferro, onde se faz a troca entre Douro e Minho.

Toda a ação educativa do Externato procura inserir-se no seu contexto geográfico, social, cultural e eclesial, de forma a responder adequadamente às necessidades integrais das crianças e da população.

Com base nesta finalidade, a nossa instituição pretende:

- Ajudar a descobrir os elementos próprios da nossa região e comunidade, dando-os a conhecer às novas gerações
- Potenciar os valores específicos da realidade local, estabelecendo diálogo e abertura com todos os povos;
- Facilitar a inserção das crianças no contexto sociocultural através da aprendizagem, do uso da língua, dos costumes e das tradições da cultura do nosso país;
- Ajudar os alunos e as famílias a conhecer o contexto geográfico, histórico e social do qual fazem parte de forma a construírem e darem vida à comunidade local;
- Fomentar a participação na vida e missão da igreja local;

Todos estes aspetos são a expressão concreta da identidade cristã e da vocação evangelizadora da nossa escola. Esta assume o intuito de ser um espaço privilegiado de reflexão e ação educativa. Assim, a linha orientadora desta instituição visa o desenvolvimento integral e harmonioso do educando, baseada no diálogo entre o aluno, professores, pais, outros profissionais de apoio educativo e entidades interessadas na Educação, designadamente a autarquia e demais organismos sócio culturais e económicos da região. A sua fundação data de 1965, (tendo como entidade titular a Congregação do Bom Pastor) e assume-se como escola Católica aberta à comunidade, procurando refletir sobre as diversas situações, integrando-se num âmbito estritamente educativo.

O Externato Maria Droste deve o seu nome a uma religiosa de origem alemã e descendente de famílias nobres que, segundo o carisma e missão da

Congregação do Bom Pastor, se dedicou, de forma árdua, ao Apostolado da Congregação. Despendeu a sua vida a ajudar crianças, jovens e mulheres em dificuldades, tornando-se, então, numa figura de exemplo, mais nobre pela Caridade e Santidade de Vida. Sendo Confidente do Divino Coração de Jesus, solicitou ao Papa Leão XIII, a Consagração do Mundo ao Sagrado Coração de Jesus. Esta consagração viria a concretizar-se em 11 de Junho de 1899. “... *Senhor, deixei tudo, para vos amar até ao último momento da minha vida e para transmitir, tanto quanto me seja possível, a devoção ao Vosso Santíssimo Coração...*”

Esta citação da nossa Irmã Maria Droste, cujo título de origem era Condessa Droste Zu Vischering, poderá ser o ponto de partida para conhecermos e compreendermos toda uma vida:

- vivida na mais completa renúncia;
- procurando unicamente a glória de Deus;
- centrada no apostolado ativo de amor e sofrimento.

Efetivamente, realizou uma grande obra, numa vida muito breve, mas com a energia e o sacrifício de todo o seu ser. Isto foi reconhecido pela Igreja que a proclama Bem-aventurada pela voz de Paulo VI, no dia 1º de novembro de 1975. Esta obra, iniciada no Porto, pela Irmã Maria do Divino Coração, Maria Droste, foi mais tarde continuada pelas suas sucessoras em diferentes pontos de Portugal, nomeadamente em Ermesinde. É daqui que advém o nome MARIA DROSTE para este Externato, homenageando assim a sua simplicidade, devoção, zelo e espírito de sacrifício pelos mais necessitados.

CARACTERÍSTICAS DAS INSTALAÇÕES E FUNCIONAMENTO

RECURSOS FÍSICOS/FINALIDADE

	Recursos Físicos	Finalidade
Creche Pré-Escolar	• 2 Dormitórios	Proporcionar um período de descanso
	• 6 Salas de atividade	Integrar o aluno no desenvolvimento harmonioso nas várias áreas
	• 2 Refeitórios	Espaço reservado às refeições
	• 2 WC	Implementar o gosto pela higiene
1º Ciclo	• 4 Salas de atividades	Proporcionar ao aluno o desenvolvimento harmonioso nas várias áreas
	• 1 Refeitório	Espaço reservado às refeições
	• 1 WC	Implementar o gosto pela higiene
2º Ciclo	• 2 Salas de atividades	Proporcionar ao aluno o desenvolvimento harmonioso nas várias áreas
	• 1 WC	Implementar o gosto pela higiene
	• 1 Refeitório	Espaço reservado às refeições
3º Ciclo	• 3 Salas de atividades	Proporcionar ao aluno o desenvolvimento harmonioso nas várias áreas
	• 1WC	Implementar o gosto pela higiene
	• 1 Refeitório	Espaço reservado às refeições
Espaços Comuns	• Sala de E.V.T.	Espaço reservado às aulas de EVT, Artes
	• Laboratório	Espaço destinado à realização de experiências na área das Ciências / Estudo do Meio
	• Sala de educação musical	Espaço reservado às aulas de Educação Musical
	• Sala de educação Especial	Espaço reservado à educação especial
	• 1 Salas Multiusos	Espaço reservado a diversas atividades livres (xadrez, ballet...)
	• Sala de Recursos	Espaço reservado às Tecnologias de informação e comunicação
	• Salão	Espaço reservado para as festas e exposições

	• 1 WC	Implementar o gosto pela higiene
	• Secretaria	Espaço reservado a assuntos administrativos
	• Ludoteca	Espaço destinado à visualização de filmes, horas do conto e atividades lúdicas
	• Ginásio	Espaço reservado às aulas de Educação Física e recreio interior
	• Balneários	Espaço de apoio às aulas de Educação Física
	• 1 Recreio interior	Espaço lúdico
	• 1 Recreio exterior	Espaço lúdico
	• 2 Parques infantis	Espaço lúdico
	• 1 Campo de futebol ao ar livre	Espaço reservado para as aulas de educação física
	• Quinta Pedagógica / Jardim das Maravilhas	Espaço destinado à exploração da Natureza
	• Campo de Relva	Espaço destinado à exploração da Natureza
	• Biblioteca	Espaço destinado à pesquisa bibliográfica e reuniões de professores
	• Sala dos Professores	Espaço destinado a reuniões de professores
	• 1 Gabinete Direção Pedagógica	Espaço destinado à Direção Pedagógica
	• 1 Gabinete Direção Administrativa	Espaço destinado a atendimento as EE
Viaturas	• 1 Carrinha de 9 lugares	Viatura destinada ao transporte das crianças
Espaço de Acesso Reservado	• Cozinha	Espaço destinado à confeção das refeições
	• Copa	Espaço de apoio à cozinha
	• Despensa	Espaço de armazenamento de alimentos
	• Garagem	Espaço destinado às viaturas
	• Vestiário	Espaço destinado aos funcionários não docentes
	• 1 WC	Implementar o gosto pela higiene
	• Casa das máquinas	Espaço destinado às máquinas
	• Sala de tratamento de roupa	Espaço destinado ao tratamento da roupa de uso diário.

RECURSOS HUMANOS

No Externato Maria Droste, trabalham 47 funcionários, dos quais 31 são docentes, na sua maioria em regime de efetividade.

É uma instituição que se orgulha da sua pedagogia de amor, acolhimento e alegria, onde se pretende proporcionar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, psicológicas e expressivas das crianças, contribuindo para a realização pessoal de cada um, em harmonia com os valores da sociedade e da liberdade social. Docentes e não docentes trabalham em conjunto para enriquecer a qualidade do serviço prestado às crianças e suas famílias.

É nossa intenção permanente investir em tempos de qualidade, em que o adulto esteja completamente disponível para a criança, respeitando-a enquanto pessoa de valor. Assim, o conhecimento técnico e específico dos funcionários auxilia no desenvolvimento integral da criança, ao adotar uma atitude educativa empática, assertiva, clara e coerente.



PROJETO CURRICULAR DE ESCOLA

O nosso Externato, pelo conjunto de objetivos apresentados no projeto educativo e no presente documento, promove a educação integral e a dignidade de todos os que se cruzam com a nossa ação educativa ou aqueles a quem a nossa missão educativa abraça.

Os professores, ao trabalharem em equipa, centram-se no desenvolvimento das competências gerais das orientações curriculares para a educação pré-escolar, das metas de aprendizagem e no currículo nacional, privilegiando, em cada momento, as competências adequadas às situações reais deste estabelecimento, com a finalidade de que todas as áreas curriculares disciplinares e/ou disciplinas contribuam para uma eficaz construção de aprendizagens nos domínios do conhecimento, capacidade e atitudes.

É neste seguimento que surge o projeto curricular de escola, o qual deve ser contextualizado de acordo com a especificidade do Externato. O presente projeto contribui para a fundamentação dos projetos curriculares de turma, concretamente na operacionalização dos mesmos, tendo em consideração o trabalho desenvolvido e/ou a desenvolver pela respetiva equipa de professores.

O projeto curricular de escola assume a forma como esta instituição desenvolve a proposta curricular nacional, conforme o Dec. Lei nº 139/2012 de 5 de julho, definindo opções e intencionalidades próprias e construindo modos de organização e gestão curricular, adequados à consecução das aprendizagens que integram o currículo para os alunos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E PLANO DE AÇÃO

As transformações sociais, económicas e ecológicas, embora marcadas por movimentos contraditórios e heterogêneos, no meio de incertezas, oscilações e contradições, colocam novos e grandes desafios em todo o mundo no século XXI.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia, evidenciado atualmente, provoca mudanças cada vez mais acentuadas na sociedade, fazendo com que esta esteja em constante evolução.

Por conseguinte, a nossa missão enquanto escola é formar cidadãos ativos e conscientes, dotados de competências pessoais, sociais e ecológicas diversas, respeitando sempre as características, capacidades, interesses, motivações e histórias de vida de cada um dos nossos alunos.

É neste sentido, que como escola pretendemos proporcionar uma formação integral e diferenciada a cada aluno. Formação essa, na qual o saber se articula com o saber fazer, o saber ser, o saber conhecer e o saber viver juntos (relatório Delors 1996).

“Com efeito, importa ensinar e aprender não tanto as matérias e os conteúdos, quanto à forma, o método e o processo de os encontrar. Importa ensinar e aprender sobretudo não conhecimentos mas a conhecer, não objetos de aprendizagem mas a aprender, não reflexões mas a refletir, não pensamentos mas a pensar, não resoluções mas a resolver, não investigações mas a investigar, não o ser (substantivo, passivo, estático) mas a ser (verbo, ativo, dinâmico)...” (MARTINS 2008:73)

É com base nestas mudanças constantes que surge a necessidade de preparar os nossos alunos para viverem num mundo de todos, dotando-os de competências e valores que lhes permitirão ser cidadãos ativos e responsáveis.

É nosso apanágio transmitir e inculcar aos nossos alunos, as noções basilares de sentido de responsabilidade, liberdade, disciplina, respeito e persistência que os acompanharão ao longo de toda a sua vida académica, pessoal e profissional.

PROFISSIONALIDADE 2017/2018

O ser humano, desde a infância, passa a conhecer a importância e o valor que o trabalho tem para a sua vida; para a maioria das pessoas, a identidade vocacional constitui uma parte importante de sua identidade geral. Ter um emprego valorizado pela sociedade – e ter sucesso e prestígio neste – aumenta a autoestima e facilita o desenvolvimento de um senso de identidade mais seguro e estável.

“A construção de um projeto de vida é um processo contínuo e multidimensional.

Contínuo, porque ocorre ao longo do ciclo de vida e multidimensional, porque deve ter em conta outros papéis além dos de estudante e de trabalhador. Assim, o apoio à construção de projetos de vida inicia-se nos primeiros anos de escolaridade e estende-se no apoio aos adultos na gestão das múltiplas transições que a carreira envolve. Nesta perspectiva, a construção e a implementação de um projeto de vida é um processo nunca acabado, pois à medida que o indivíduo e os contextos se vão transformando, novos desafios se colocam.” (CARDOSO 2014:5)

Sendo que a nossa instituição acalentou e concretizou a abertura do 3º ciclo do ensino básico, urge dotar os nossos alunos de competências que lhes permitam fazer escolhas que podem influenciar a sua vida futura. Daqui também advém a seleção das temáticas a trabalhar neste triénio.

“É impossível saber onde se chegará com todos os avanços da ciência atrelados ao desenvolvimento da tecnologia e da globalização; mas notadamente, os efeitos desses avanços já oferecem sinais de profundas

modificações na vida das pessoas, das empresas e do mercado de trabalho...” (RODRIGUES & RAMOS, 2000).

Até aos anos 70, o papel da orientação vocacional nos currículos era quase inexistente. Hoje em dia, é reconhecida a importância da orientação vocacional, sendo os professores essenciais neste processo. Mas, tal como defende Dewey (1990), mais importante do que a orientação vocacional é a competência vocacional, na medida em que é reconhecida nela o papel central no desenvolvimento de competências, que não preparassem, exclusivamente, para o exercício profissional, mas que, simultaneamente, oferecessem condições para a escolha e para a organização pessoal do próprio percurso.

Tendo em conta que o desenvolvimento profissional ocorre ao longo de toda a vida, e que vai implicando sucessivas alterações, a integração de práticas de orientação é fundamental em contexto escolar para apoiar os alunos na definição do seu projeto de vida.

Deste modo, a escola assume assim um papel complementar ao de outros agentes educativos, na promoção do desenvolvimento da escolha profissional.

A escolha profissional é, segundo Cardoso (2014), a construção de um projeto de vida e um processo contínuo e multidimensional. Contínuo, porque ocorre ao longo do ciclo de vida e multidimensional, bem como deve ter em conta outros papéis além dos de estudante e trabalhador. O apoio à construção de projetos de vida inicia-se nos primeiros anos de escolaridade e estende-se no apoio aos jovens adultos na gestão das múltiplas transições que a carreira envolve.

Não é possível pensar um projeto de vida sem considerar os atuais desafios da sociedade, economia e globalização.

Cabe-nos a nós, enquanto escola, criar desafios para que os nossos alunos comecem a tentar solucionar as suas questões, de ordem pragmática e/ou científica, e a desenvolver a sua capacidade de comunicação de forma assertiva e fundamentada.

Perante isto, a escola tem um novo, grande desafio, o de criar objetivos partilhados nas ações que desenvolve, criando recursos que potenciem no aluno competências e saberes adaptativos à mutabilidade da sociedade.

Assim, torna-se fundamental promover o planeamento, a autonomia, curiosidade, confiança e cooperação, desde os primeiros anos de vida, adaptando os conteúdos de cada faixa etária às necessidades individuais de cada aluno, com o intuito de transmitir valores, desenvolver atitudes e comportamentos que terão impacto ao longo de toda a vida.

Sobressai o intuito de valorizar a individualidade de cada aluno, sendo que a instituição tem a consciência da necessidade de promover a profissionalidade em crianças com necessidades educativas especiais. Este trabalho deve ser feito em articulação com outros agentes, como é o caso dos pais e psicólogos, de forma a potenciar a adaptabilidade necessária à escolha de um projeto de vida.

A escola tem, igualmente, um papel de grande importância na promoção da autodeterminação dos alunos, isto é, no desenvolvimento de competências como planeamento, curiosidade, otimismo, confiança e cooperação.

Tendo em vista o desenvolvimento de competências necessárias para o desenvolvimento da profissionalidade, traçaram-se algumas etapas.

O desenvolvimento da profissionalidade é conseguido, então, através da lecionação, na qual os professores promovem o planeamento, a autonomia, a curiosidade, a confiança e a cooperação.

O **planeamento** é desenvolvido, quer quando os professores ajudam os alunos a projetar para futuro as aprendizagens de hoje, quer quando lhes ensinam métodos de estudo e lhes explicam a importância da escola como ferramenta para a construção de um futuro.

A **autonomia** é promovida quando os professores ajudam os seus alunos a identificar as barreiras e os incentivam a ultrapassar as dificuldades, fazendo-os refletir sobre as decisões que tomam ou não, e ainda quando promovem a persistência perante as dificuldades sem nunca os desvalorizar.

A **curiosidade** é fomentada quando os professores estimulam, nos seus alunos, a capacidade reflexiva sobre si e sobre a realidade, social, escolar e profissional.

A **confiança** é conseguida pelos professores, quando estes estimulam os seus alunos o sucesso académico, as capacidades e competências e desenvolvem neles atitudes positivas face a si próprio.

A **cooperação** é desenvolvida pelos professores através da promoção de estratégias pedagógicas, que visam o trabalho colaborativo, onde são respeitadas as minorias étnicas e grupos minoritários num contexto de respeito e tolerância.

Estas competências são transversais aos diferentes ciclos de ensino, tendo o professor a função de as adaptar, encontrando a melhor estratégia para cada um dos grupos.

PLANO DE AÇÃO

Proposta de Atividade	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver atividades sobre uma área ou profissão à escolha, através de entrevistas a profissionais, entre outros; • Discutir em sala de aula sobre profissões ou ofícios que os alunos gostariam de conhecer mais aprofundadamente; • Promover a reflexão, incentivando os alunos a relacionar o que aprendem com os seus objetivos de vida; • Ajudar os alunos a perceberem o papel da escola e do trabalho na consecução de objetivos de vida; • Fomentar a reflexão acerca das decisões que tomam e as suas consequências nos vários contextos de vida; • Incentivar a persistência face às dificuldades; • Promover atividades, tais como visitas de estudo, para fomentar novos interesses e competências; • Facilitar a reflexão acerca dos conteúdos académicos, relacionando-os com as profissões; • Promover o debate acerca dos novos paradigmas da sociedade, por exemplo, trazendo temas relacionados com a flexibilização dos postos de trabalho, a constante reciclagem de conhecimentos, a transversalidade das competências de várias áreas, a extinção de algumas profissões e o surgimento de outras, entre outros; • Incentivar a exploração de novas capacidades e competências; • Elaborar trabalhos para o jornal da escola; • Preparar exposições abordando o tema em questão; • Visitas de estudo relacionadas com a temática. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecer diferentes profissões; – Desenvolver a curiosidade e a capacidade de reflexão; – Estimular o espírito crítico; – Compreender a importância da educação ao longo da vida; – Perceber que todas as ações têm as suas consequências; – Estimular a autoestima e a capacidade de persistência; – Promover o conhecimento de novas competências e interesses; – Desenvolver novas capacidades e competências; – Promover a autonomia e a oralidade do aluno; – Fomentar a capacidade de adaptação a diferentes realidades; – Cooperar com outros de forma interessada, ativa e responsável; – Demonstrar autonomia, capacidades de comunicação e intervenção.

MULTICULTURALIDADE 2018/2019

A globalização é um processo em curso, dinâmico e mutável, que obrigou as maiorias de cada país a considerarem de forma mais aberta o pluralismo e a diversidade.

No mundo atual, a consciencialização progressiva, por parte dos cidadãos, da sua pertença a uma espécie de aldeia global, com a proliferação de formas de conflitualidade, tanto a nível local como a nível mundial, desenvolve novas mudanças e preocupações.

Segundo Campos (2007), num mundo globalizado, a territorialidade tende a perder importância, enquanto princípio organizativo da vida cultural e social. A globalização não implica, necessariamente, uma homogeneização ou integração, mas sobretudo uma maior interdependência e desterritorialização; isto é, as relações entre homens e instituições tendem a evoluir, independentemente do espaço. O principal impulsionador destas relações é o desenvolvimento tecnológico, que facilita a circulação de pessoas, bens e serviços.

Este desenvolvimento promove o estabelecimento de redes interpessoais de vivências e intercâmbios culturais, em função de afinidades que são independentes de uma concentração geográfica.

Candau (2002) fala de um outro conceito, que para ele não é indissociável de globalização: o conceito de multiculturalismo. Segundo o autor, globalização diz respeito à padronização e multiculturalidade às particularidades culturais e às diferenças.

De acordo com o Conselho Nacional de Educação (2000), o sistema educativo em geral e, particularmente, a escola não podem ignorar esta realidade, dado que têm um papel crucial nos processos de integração e de construção de uma cidadania para todos, como resposta à diversidade étnica e cultural de quantos a frequentam.

A escola, sendo um local onde a diversidade é cada vez mais evidente, torna-se um espaço onde os conflitos são cada vez mais visíveis.

Por isso, a educação para a cidadania surge como uma questão fundamental, sendo a escola o local privilegiado para a sua promoção.

A convenção sobre os direitos da criança, aprovada pelas Nações Unidas em 1989, e ratificada por Portugal em 1991, estabelece que todas as crianças têm o direito de serem respeitadas, de serem escutadas, de se fazerem entender, de receberem explicações sobre as decisões que lhes dizem respeito, o que não significa que possam fazer tudo o que querem, mas que saberão os porquês. São cidadãos de pleno direito e deveres, e não atores sociais incompletos.

Estando a escola cada vez mais caracterizada por uma crescente multi/interculturalidade importa perceber de que forma se relacionam os alunos de diferentes nacionalidades.

De acordo com vários autores, a multiculturalidade é um fator social. Enquanto interculturalidade diz respeito a uma política, a uma pedagogia, ou a uma construção a edificar.

Cortesão e Pacheco (1991), fazem a distinção dos dois conceitos, apresentando a multiculturalidade como a constatação da presença de

diferentes culturas num determinado meio e a procura da compreensão das suas especificidades.

A interculturalidade é um percurso agido em que a criação da igualdade de oportunidades supõe o conhecimento/reconhecimento de cada cultura, garantindo, através de uma intervenção crescente, o seu reconhecimento mútuo.

Para Santos, citado por Candau (2002:128) *“As pessoas e os grupos sociais têm o direito a ser iguais quando a diferença os inferioriza, e o direito a ser diferentes quando a igualdade os descaracteriza. Este é, consabidamente, um imperativo muito difícil de se atingir e manter”*.

Canen & Canen (2005) vão mais longe quando referem multiculturalismo como uma forma de pensar sobre identidades plurais, que caracterizam as sociedades e em respostas que garantam a representação e a valorização dessas mesmas identidades nos diferentes espaços, sejam eles sociais ou organizacionais.

Identidade é assim entendida como uma forma de construção operacionalizada nos diferentes espaços discursivos, tais como, comunidade, escola, *media*, família, trabalho, entre outros, onde o discurso vai criando mudanças de identidade, quer a nível racial, gênero, sexo, religião, linguagem ou outros.

Assim sendo, a escola multicultural é aquela que reconhece a **diversidade nas sociedades** e fomenta a **tolerância**, a **integridade** e a **autonomia** dos alunos.

Como forma de responder às diferenças existentes na sociedade portuguesa, o Ministério da Educação criou a Lei de Bases do Sistema

Educativo (Lei nº46/86 de 14 de Outubro) que defende que todos os portugueses têm direito à educação–escola para todos. Defende, por acréscimo, a igualdade de oportunidade de acesso e sucesso escolares. Sustenta também que a educação escolar deve ser promotora da democracia através do respeito pelo outro.

A escola é uma das entidades que mais contribui para o desenvolvimento do aluno. É, por isso, importante que reconheça a diferença e garanta a expressão de diferentes identidades culturais bem como de espaços onde estas se possam desenvolver. A escola multicultural é aquela que orienta os seus alunos para a construção de uma sociedade democrática, plural, humana e que promove a articulação entre políticas de igualdade e identidade.

Zeichner (1994) propõe um ensino orientado para a diversidade e defende que a instrução deve incidir na criação de um significado para o conteúdo, por parte dos alunos, num ambiente de aprendizagem interativo e cooperante.

Assim sendo, é imprescindível que a escola compreenda as atitudes dos alunos para com os diferentes pares, e aposte numa educação que visa a verdadeira inclusão, num mundo cada vez mais multiculturalista.

Enquanto escola inclusiva, propomos ter por base alguns princípios que nos parecem fundamentais para o desenvolvimento de uma educação de e para todos. Estes princípios são:

- uma educação que garanta, simultaneamente, os valores de equidade e qualidade;
- o desenvolvimento de projetos baseados na inclusão, na equidade e convivência democrática, nos quais toda a comunidade educativa estará presente;

- desenvolver uma escola que garanta apoios para todos, sejam eles internos ou externos;

- ter um currículo inclusivo, adaptado às características, interesses e necessidades dos alunos;

Em suma, tal como refere Matos (2008), a inclusão é, hoje, mais do que uma proposta escolar: é uma proposta social. Passa pela luta por uma escola para todos, passa pela importância de educar para a pluralidade, para que se construa a convivência numa sociedade diversificada, na qual o encontro das diferenças – físicas, culturais, ideológicas, entre outras – é a condição primeira para a transformação de toda uma sociedade.

PLANO DE AÇÃO

Proposta de Atividade	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Conversar sobre as diferentes culturas existentes na sala; 	<ul style="list-style-type: none"> – Estimular e consciencializar o respeito pela diversidade segundo uma perspetiva Intercultural de educação;
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar diferentes culturas, referindo os estilos de vida, hábitos alimentares, crenças religiosas e dimensões culturais; 	<ul style="list-style-type: none"> – Ir ao encontro das necessidades básicas das crianças, desenvolvendo todo o seu potencial; – Promover a autoconfiança, o respeito e a cooperação apreendendo a variedade da humanidade como um todo; – Sensibilizar para as diferenças e semelhanças;
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e praticar jogos tradicionais de diferentes regiões; Jogos cooperativos / simulações; 	<ul style="list-style-type: none"> – Ajudar as crianças a aceitar, a compreender e a valorizar os outros pelas suas diferenças e semelhanças; – Sensibilizar para realidades culturais e valores
<ul style="list-style-type: none"> • Ler e discutir histórias que coloquem problemas pertinentes; 	<ul style="list-style-type: none"> diferentes dos nossos e com os quais convivemos; – Contribuir para a formação de uma sociedade multicultural e intercultural;
<ul style="list-style-type: none"> • Cantar canções, contar histórias e lendas de diferentes culturas; 	<ul style="list-style-type: none"> – Fomentar o respeito pelo outro, pelo “diferente”, pela sua cultura e valores;
<ul style="list-style-type: none"> • Escrever textos relativos à diversidade cultural; 	<ul style="list-style-type: none"> – Participar na vida cívica de forma crítica e responsável; – Respeitar a diversidade cultural, religiosa ou outra;
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar campanhas de Solidariedade; 	<ul style="list-style-type: none"> – Cooperar com outros de forma interessada, ativa e responsável;
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar trabalhos para o jornal da escola; 	<ul style="list-style-type: none"> – Desenvolver o espírito de cooperação, solidariedade e justiça;
<ul style="list-style-type: none"> • Preparar exposições abordando o tema em questão; 	<ul style="list-style-type: none"> – Respeitar as normas e critérios de atuação; – Demonstrar autonomia, capacidades de comunicação e intervenção;
<ul style="list-style-type: none"> • Visitas de estudo relacionadas com a temática. 	<ul style="list-style-type: none"> – Reconhecer a vida, a verdade, a liberdade, a justiça, a lealdade, a igualdade, a tolerância, o altruísmo como valores universais.

SUSTENTABILIDADE 2019/2020

Durante as últimas décadas, o homem começou a tomar consciência de que os seus atos tinham consequências globais, a longo prazo, facto que não era tido em conta até meados do séc. XX, uma vez que este achava que vivia num planeta praticamente sem limites.

Atualmente, a noção de limite de recursos e espaço surge com a consciência do crescimento populacional, o sobreconsumo de energia, as alterações climáticas, a degradação ambiental e as desigualdades sociais.

Por isso, é fundamental uma alteração das atitudes e valores face ao ambiente, de forma a desenvolver no homem uma consciência profunda e duradoura dos problemas, equacionando-os numa perspetiva de sustentabilidade.

Esta consciência não passou ao lado do discurso político, no qual é sugerida a implementação de medidas legais de proteção e conservação do ambiente. Contudo, parece haver duas soluções, a curto prazo, medidas punitivas e longo prazo, medidas preventivas.

Estas medidas surgem, pela primeira vez, no princípio dezanove da Declaração do Ambiente de 1972, aquando da Conferência das Nações sobre o Ambiente Humano, na qual é referido que para uma educação ambiental *“...é essencial ministrar o ensino, em matéria de ambiente, à juventude assim como aos adultos (...) com o fim de construir as bases que permitam esclarecer a opinião pública e dar aos indivíduos, às empresas e às coletividades um sentido das suas responsabilidades, no que respeita à proteção e à melhoria do ambiente em toda a sua dimensão humana.”* (Instituto do Ambiente).

Esta ideia inicial vai sendo amadurecida ao longo dos tempos e ganhando novas formas à medida que as sociedades vão evoluindo, como se pode verificar de seguida.

Desta conferência da ONU, surge um novo organismo PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e em 1975, os dois organismos em conjunto, estabelecem a criação do PIEA (Programa Internacional de Educação Ambiental). Este último centralizou as suas “...*iniciativas em todos os âmbitos e a níveis educativos com intenção de melhorar os diapositivos curriculares e institucionais postos ao serviço da formação ambiental ...*” (CARIDE, 2001).

Ainda no mesmo ano, surge a Carta de Belgrado, um dos documentos mais importantes dessa década, que define, pela primeira vez, os grandes objetivos e orientações para a educação ambiental.

Os seis objetivos básicos da educação ambiental são:

- 1- **Tomada de consciência:** ajudar as pessoas e as comunidades a adquirirem maior consciência do ambiente e dos seus problemas, mostrando-se sensíveis a eles;
- 2- **Conhecimentos:** ajudar as pessoas e as comunidades a compreenderem o ambiente e os seus problemas, bem como a sua presença e função nele;
- 3- **Atitudes:** ajudar as pessoas e as comunidades a adquirirem valores, interesse pelo ambiente de forma a incentivá-los na participação ativa e na sua conservação e proteção;
- 4- **Aptidões:** ajudar as pessoas e a comunidades a adquirirem competências necessárias à resolução dos problemas;

5- **Capacidade de avaliação:** ajudar as pessoas e as comunidades a avaliarem as medidas e os programas de educação ambiental;

6- **Participação:** ajudar os indivíduos e as comunidades a desenvolverem o sentido de responsabilidade e a tomarem consciência da necessidade de intervirem na proteção do ambiente (Caride, 2001).

Mais tarde, em 1977 a UNESCO em colaboração com o PNUMA, tornam claro que educação ambiental é um conceito muito mais abrangente que ecologia, ou seja, é uma educação de caráter permanente e geral, atento às mudanças que surgem num mundo em constante transformação.

Em 1987, no Congresso Mundial sobre Educação e Formação Relativos ao Ambiente, é referida a importância da formação na área da educação ambiental e da inclusão desta temática nos currículos.

Já em 1992, na Cimeira da Terra, onde são debatidas as principais ameaças ao nosso planeta, são elaborados vários documentos, e na agenda vinte e um, o capítulo trinta e seis, denominado *Promoção da Educação Consciencialização Pública e Formação*, destaca a importância da educação como ferramenta para a mudança de atitudes e valores de todos, para que sejam capazes de avaliar os problemas e apresentar alternativas para os solucionar. É então que surge a ideia de “*Pensar globalmente, agir localmente*” (Eco 92).

Em 2002, é elaborada a Declaração de Joanesburgo para o Desenvolvimento Sustentável, na qual se comprometem “...a construir uma sociedade global humanitária, equilibrada, empenhada e consciente da necessidade de proporcionar uma vida digna a todos.” (*Vitae Civilis*). Mais uma

vez, é salientada a importância da educação como ferramenta de transformação.

Já em 2005, a CEE/ONU definem que a *“...construção de uma sociedade sustentável deverá ser vista com um processo de aprendizagem permanente, explorando questões e dilemas, no qual as respostas e as soluções adequadas possam evoluir acompanhando o acréscimo da experiência dos jovens. As metas de aprendizagem em matéria de EDS (educação para o desenvolvimento sustentável) deverão englobar a construção de conhecimentos e de competências, a compreensão e as atitudes e os valores”*.

Em Portugal, esta temática surge pela primeira vez em 1986, com a Lei de Bases do Sistema Educativo; no entanto, só em 2001 é que aquela surge nos currículos do 3º ciclo.

Nesta altura, a escola assume um papel preponderante, uma vez que é através da educação que os alunos tomam consciência do estado do mundo, desenvolvem a sua consciência ambiental e tomam atitudes com base nos valores da promoção do desenvolvimento sustentável. Ou seja, a escola tem a função de desenvolver competências para toda a vida, tal como refere a UNESCO e o PNUMA (1988:7, citados por CARIDE, 2001) quando definem educação ambiental *“...como um processo permanente graças ao qual os indivíduos e as comunidades passam a estar conscientes do seu ambiente e adquirem conhecimentos, valores, competências, experiências e também a vontade de atuar, individual e coletivamente, para resolver os problemas atuais e futuros do ambiente.”* A educação ambiental passa a ser conceptualizada em três domínios: social, ambiental e educativo.

No seguimento destas orientações, é nosso dever e missão enquanto escola contribuir para que os nossos alunos sejam cidadãos com uma participação ativa e cívica, que procuram soluções baseadas em conhecimentos científicos, como forma de compreenderem os assuntos e tomarem decisões adequadas.

Por forma a alcançar estes objetivos, propomo-nos a criar dinâmicas de grupo, em sala de aula, que proporcionem aos alunos a comunicação de sentimentos e descoberta de respostas, o desenvolvimento da capacidade de argumentação, sem nunca olvidar o respeito pelas ideias e sentimentos dos outros. Educar para os valores não é impor valores, mas, certamente, criar condições e fornecer ferramentas para os alunos realizem essa descoberta por si próprios.

Cabe ao professor criar ambientes de cooperação, solidariedade, respeito, responsabilidade, participação, os quais estimulem no aluno o desenvolvimento de várias competências, sendo estas: o espírito crítico; a fundamentação de escolhas; a compreensão e superação de limitações e a estruturação de possibilidades de ação.

Em suma, é nosso objetivo alargar os horizontes do desenvolvimento sustentável nos nossos alunos, contribuindo para que as novas gerações sejam detentoras de competências, conhecimentos, atitudes e valores que lhes permitam construir futuros mais sorridentes, num mundo melhor para todos.

PLANO DE AÇÃO

Proposta de Atividade	Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> • Conversar sobre as diferentes as diferentes formas de sustentabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Conservar a Natureza e a diversidade biológica; - Promover a utilização sustentável dos recursos
<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar diferentes estratégias para conseguir alcançar um mundo mais sustentável para todos; 	<ul style="list-style-type: none"> biológicos; - Melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações ambientais;
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e praticar jogos alusivos à temática; 	<ul style="list-style-type: none"> - Promover a integração da adaptação em políticas sustentáveis;
<ul style="list-style-type: none"> • Ler e discutir histórias que coloquem problemas pertinentes; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver políticas de conservação da fauna e da flora; - Promover a educação para a sustentabilidade, empreendedorismo e a cidadania democrática;
<ul style="list-style-type: none"> • Escrever textos relativos à importância da sustentabilidade; 	<ul style="list-style-type: none"> - Cooperar com outros de forma interessada, ativa e responsável;
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar campanhas de sensibilização; 	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver o espírito de cooperação, solidariedade e
<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar trabalhos para o jornal da escola; 	<ul style="list-style-type: none"> justiça; - Respeitar as normas e critérios de atuação;
<ul style="list-style-type: none"> • Preparar exposições abordando o tema em questão; 	<ul style="list-style-type: none"> - Demonstrar autonomia, capacidades de comunicação e intervenção;
<ul style="list-style-type: none"> • Visitas de estudo relacionadas com a temática. 	<ul style="list-style-type: none"> - Participar na vida cívica de forma crítica e responsável.

OBJETIVOS E AVALIAÇÃO DO PROJETO

O projeto educativo que entra em vigor no ano letivo 2017/2018 terá a valência de três anos letivos.

O processo de avaliação é parte integrante do projeto educativo e deverá permitir uma dinâmica contínua ao nível do desenvolvimento e da criatividade subjacente.

A avaliação do projeto educativo implicará três formas distintas, mas complementares:

Avaliação inicial – em que será avaliada a intencionalidade do projeto, em termos globais, ou seja, a equipa pedagógica terá o papel de construir uma reflexão que terá por base indicadores como a pertinência (se o que se pretende levar a cabo se coaduna com a realidade e necessidades da instituição); a inovação (nível criativo das respostas e estratégias criadas para as necessidades da comunidade educativa).

Avaliação anual – em que é apreciado o desempenho e os resultados ao nível das atividades e projetos, ou seja, a equipa pedagógica terá de refletir sobre o que foi levado a cabo durante o ano letivo, apoiando-se nos seguintes indicadores: conformidade (entre os objetivos e as ações realizadas); eficiência (na rentabilização de todos os recursos disponibilizados); pertinência (se o que se levou a cabo se coaduna com a realidade e necessidades da instituição); consistência (entre o que se perspectivava e o que se alcançou); eficácia (avaliar o enquadramento dos resultados com os recursos investidos).

Ainda neste âmbito é importante contar com a opinião da comunidade educativa, pelo que poderá ser levado a cabo um inquérito, cujos itens têm como propósito enriquecer esta fase da avaliação.

Perguntas como: “O projeto educativo é disponível a toda a comunidade educativa?; É funcional, útil, prático para a comunidade educativa? Apresenta-se completo em temas, estratégias, necessidades, problemas e participação de todos os intervenientes da comunidade educativa? É benéfico para a comunidade escolar? Gestor de responsabilidades, tempo, recursos...? Inovador na criação de respostas e estratégias perante os problemas e necessidades da comunidade educativa? “ atribuirão os inquiridos um carácter objetivo e enriquecido ao Projeto educativo.

Avaliação final –serão tidos em consideração os objetivos e as concretizações dos três anos, ou seja, a equipa pedagógica realizará uma reflexão onde avaliará a evolução e concretização dos três anos, de acordo com os objetivos traçados inicialmente e, simultaneamente, pensará o que futuramente poderá ser melhorado.

FORMAS DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO

O projeto educativo deve ser parte integrante da comunidade educativa, conseqüentemente, pretendemos torná-lo acessível a todos os agentes para que seja consultado sempre que for necessário.

Inicialmente será construída uma brochura com base nos pressupostos deste projeto e que será entregue aos pais no início do triénio. Irão também ser divulgadas as iniciativas através de panfletos, da página de internet do Externato, etc.

O Projeto será ainda divulgado através da página da Internet e futuramente numa plataforma online do externato, como meio de divulgação, que será atualizado no decorrer das iniciativas que o integram. Para além disso, estará sempre disponível um exemplar impresso para consulta de toda a comunidade escolar, na secretaria.

O objetivo da divulgação do nosso projeto tem como principal fundamento a importância que atribuímos à integração e participação de toda a comunidade.

BIBLIOGRAFIA

- BERTRAND, Y. et al., (1997), *A Ecologia na Escola – Inventar um futuro para o Planeta*, Instituto Piaget, Lisboa, pp. 81 – 118;
- CAMPOS, L. (2007). *Introdução à globalização*. Lisboa, Instituto Bento Jesus Caraça;
- CANDAU, V.M. .(2002). *Sociedade, Cotidiano Escolar e Cultura(s): Uma Aproximação*, Educação & Sociedade, XIII (79);
- CANDAU, V.M. .(2008). *Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença*, Revista Brasileira de Educação, XIII (37);
- CANEN A. & CANEN A.G. (2005). *Rompendo fronteiras curriculares: o multiculturalismo na educação e outros campos do saber*, Currículo sem fronteiras, 5 (2), 40–49;
- CARDOSO P. et al (2014). *O Papel dos Professores no Processo de Orientação*, Ministério da Educação e Ciência, Lisboa;
- CARIDE, J. & Meira, P., (2001), *Educação Ambiental e Desenvolvimento Humano*, Coleção Horizontes Pedagógicos, N.º 107, Instituto Piaget, Lisboa;
- CEE/ONU, (2005), *Estratégia da CEE/ONU para a Educação para o Desenvolvimento Sustentável*, Instituto do Ambiente, Lisboa;
- Conselho Nacional de Educação (2000) *Educação Intercultural e Cidadania Europeia*, Lisboa, Edição do Conselho Nacional de Educação, Ministério da Educação;

- CORTESÃO, L. & PACHECO, N. (1991). *O Conceito de educação intercultural – interculturalismo e realidade portuguesa*. Inovação, IV (2,3), 33–44;
- CORTESÃO, L. & STOER, S. (1995). *Projetos, Percursos, Sinergias no campo da Educação intercultural* – Relatório Final, Porto, Edições Afrontamento;
- Decreto–Lei nº115–A/98 de 4 de Maio;
- DEWEY J. (1990) *Democratie et Education, Paris* Armand Colin, 1ª edição original, 1916;
- DEWEY, J. *Democracia e Educação. Introdução à filosofia da educação*. 4ª. Edição, São Paulo, Nacional, 1979;
- LBSE, Lei n.º 46/86, de 14 de outubro – Lei de Bases do Sistema Educativo [alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro];
- MT, M. (2008). *Cidadania, diversidade e educação inclusiva: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública de Manaus*. Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, orientada por Nalú Farenzena, Porto Alegre;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (1997). *Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Básico;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001). *Currículo Nacional do Ensino Básico*. Lisboa, Ministério da Educação, Departamento da Educação Básica;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2001a), *Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais*, Lisboa, ME–DEB;
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (2016), *Orientações Curriculares*, Lisboa: Ministério da Educação;

- NÓVOA A. *Os professores e a sua formação*, 3ª edição, Lisboa, Dom Quixote, 1997;
- OCDE, (1999), OCDE Science, *Technology and Industry Scoreboard 1999: Benchmarking Knowledge-based Economies*, OCDE;
- RODRIGUES, E., RAMOS, S. G. (2000). *Domínio de técnicas garante eficiência profissional*, Trabalho apresentado na I Jornada Norte Nordeste de Orientação Profissional/ABOP, Recife;
- UNESCO (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da ação na área das necessidades educativas especiais*, Lisboa, Instituto de Inovação Educacional;
- UNESCO, (1997), *Educating for a Sustainable Future: A Transdisciplinary Vision for Concerted Action*, Report of the International Conference: Education and Public awareness for Sustainability, Thessalonikki, Greece;
- UNESCO, (1999), *Ciência para o Século XXI: Um Novo Compromisso*—Declaração sobre a Ciência, Comissão Nacional da UNESCO, Lisboa;
- UNESCO, (2006), *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005–2014) – Contributos para a sua dinamização em Portugal*, Comissão Nacional da UNESCO, Lisboa;
- ZEICHNER, K. (1994). *Formar os Futuros Professores para a Diversidade Cultural, A Formação Reflexiva de Professores: Ideias e Práticas*, Educação Lisboa;